



PERSPECTIVAS DO TURISMO RURAL NA CONSTRUÇÃO DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS EM PORTO VERA CRUZ/RS¹

Darlan Ariel Prochnow², Euselia Paveglio Vieira³, Nelson José Thesing⁴; Tatiane Batista Boeno Pêno Nogueira⁵

- ¹ Trabalho de pesquisa elaborado no Doutorado em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ;
- ² Bolsista CAPES; estudante do Doutorado em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ;
- ³ Professora membra do corpo docente do PPGDR/UNIJUÍ;
- ⁴ Professor membro do corpo docente do PPGDR/UNIJUÍ;
- ⁵ Bolsista CAPES; estudante do Doutorado em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ.

RESUMO

A Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) constitui-se em um referencial teórico/metodológico que estuda a oferta articulada de produtos e serviços que valorizem recursos específicos de territórios rurais, a partir de um sistema de governança formado por atores públicos, privados e associativos. Entre as atividades com potencial de compor uma CBST, está o turismo rural, que pode ser compreendido como uma estratégia relevante para o desenvolvimento territorial, ao impulsionar diversos setores da cadeia produtiva local e estimular uma cesta variada de produtos e serviços. Considerando estes apontamentos, a presente pesquisa tem, como objetivo, analisar como produtos e serviços, vinculados ao turismo rural, podem compor uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais no município de Porto Vera Cruz/RS. A metodologia da pesquisa é qualitativa. Como procedimentos de coleta de dados, optou-se pela pesquisa bibliográfica e entrevistas em profundidade. Os resultados mostram que o turismo rural possui importante potencial no desenvolvimento territorial do município estudado, de forma destacada pelos investimentos do poder público no setor turístico e pela presença de belos cenários naturais, como o Salto do Roncador, onde foi constatada a associação do turismo rural com uma variedade de serviços, como trilhas ecológicas e passeios de barco. Entretanto, não há vinculação do turismo rural com produtos de qualidade, como os provenientes de agroindústrias familiares. Neste sentido, a implantação de um sistema de governança territorial é fator essencial para que novos produtos e serviços sejam valorizados e incluídos na construção da Cesta de Bens e Serviços Territoriais em Porto Vera Cruz/RS.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Turismo rural. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The Basket of Territorial Goods and Services (CBST) constitutes a theoretical/methodological framework that studies the articulated offer of products and services that value specific resources of rural territories, based on a governance system formed by public, private and associative. Among the activities with the potential to make up a CBST is rural tourism, which can be understood as a relevant strategy for territorial development, by boosting different sectors of the local production chain and stimulating a varied basket of products and services. Considering these notes, the present research aims to analyze how products and services, linked to rural tourism, can make up a Basket of Territorial Goods and Services in the municipality of Porto Vera Cruz/RS. The research methodology is qualitative. As data collection procedures, bibliographical research and in-depth interviews were chosen. The results show that rural tourism has important potential in the territorial development of the municipality studied,





highlighted by the investments of public authorities in the tourism sector and the presence of beautiful natural settings, such as Salto do Roncador, where the association of rural tourism was found with a variety of services, such as ecological trails and boat trips. However, there is no link between rural tourism and quality products, such as those from family agribusinesses. In this sense, the implementation of a territorial governance system is an essential factor for new products and services to be valued and included in the construction of the Basket of Territorial Goods and Services in Porto Vera Cruz/RS.

Keywords: Territorial development. Rural tourism. Sustainability.

INTRODUÇÃO

O turismo rural tem se destacado como um promotor do desenvolvimento territorial, em relação a possibilidade de inclusão social, assim como do desenvolvimento de áreas deprimidas economicamente. Portanto, o turismo rural pode ser compreendido como uma atividade relevante para o desenvolvimento socioeconômico das regiões de fronteira, ao estimular diversos setores da cadeia produtiva local e formar uma cesta variada de bens e serviços, englobando bebidas, alimentação, hospedagem, entre outros atrativos (Silva, Grechi; Carneiro, 2022). Destacado como recorte geográfico deste estudo, o município de Porto Vera Cruz/RS se localiza no Noroeste do Rio Grande do Sul, na fronteira entre Brasil e Argentina.

Este município, de acordo com informações dos últimos censos, contava com população de 1.852 habitantes em 2010, passando a 1.560 habitantes em 2022, com uma área de 114,284 km² (IBGE Cidades, 2024). A redução populacional de 16%, enquanto o estado do Rio Grande do Sul apresentou leve aumento da população neste mesmo período, mostra que Porto Vera Cruz convive com o êxodo de seus habitantes para outras regiões, principalmente o êxodo rural contemporâneo, visto que o município é essencialmente agrícola, destacando-se pela agricultura familiar (Hein; Silva, 2019).

Além disso, o último censo aponta que 58% dos moradores do município possuem faixa etária acima dos 50 anos, retratando o envelhecimento de grande parte de sua população (IBGE Cidades, 2024). Deste modo, é substancial que estratégias de desenvolvimento territorial sejam alicerçadas, objetivando manter a população, principalmente os jovens, atraídos pelas oportunidades que as qualidades deste território podem proporcionar. Isso porque, um dos pontos importantes a se considerar na perspectiva do desenvolvimento territorial, refere-se justamente ao aproveitamento das especificidades de cada localidade ou território e ao pleno aproveitamento das suas potencialidades (Campanhola; Silva, 2000).





Neste sentido, o município de Porto Vera Cruz apresenta um contexto histórico significativo, posto que, no século XVI, foi um dos cenários da Batalha de M'Bororé, na qual índios guaranis, que habitavam as reduções dirigidas pelos jesuítas, derrotaram os bandeirantes. Além disso, o município em questão evidencia um potencial turístico significativo, porém ainda não completamente examinado, especialmente em se tratando de áreas rurais, indicando possibilidades de desenvolvimento pela valorização de bens e serviços associados ao turismo rural (Bertê *et al.*, 2016; Machado; Miguel; Tonin, 2022).

Portanto, com a diversificação da oferta de bens e serviços, é possível conceber uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais que agregue valor ao turismo rural, beneficiando não apenas os visitantes, mas também a comunidade local. Uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais pode ser caracterizada como a articulação de ações mercantis e não-mercantis entre atores locais dos setores público e privado, com o objetivo de criar uma oferta de atributos territoriais com potencial de apoiar o desenvolvimento territorial (Cazella *et al.*, 2020, Capellesso, 2022). Assim, o presente estudo tem, como objetivo, analisar como produtos e serviços, vinculados ao turismo rural, podem compor uma Cesta de Bens e Serviços, no município de Porto Vera Cruz, estado do Rio Grande do Sul. Embora a CBST seja uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, este estudo não faz menção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

METODOLOGIA

O objetivo da pesquisa foi analisar como bens e serviços, vinculados ao turismo rural, podem compor uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais no município de Porto Vera Cruz/RS. Para isso, no que tange à metodologia, constata-se primeiramente que é uma pesquisa descritiva. Michel (2015) esclarece que a pesquisa descritiva visa explicar fatos e fenômenos da vida real com precisão, assim como, nesta pesquisa, é descrito como o turismo rural pode influenciar a construção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

Além disso, ressalta-se que a abordagem da pesquisa é do tipo qualitativa. Para Minayo (2012) os pesquisadores empregam a pesquisa qualitativa com interesse no aprofundamento, na abrangência e na diversidade do processo de compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política pública ou de uma representação, colocando esses diferentes enfoques à luz das teorias que embasam suas indagações.





Já em se tratando dos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, por utilizarse de publicações em livros e artigos para a contextualização e embasamento teórico. Foram utilizadas as bases de dados "Scielo" e "Google Acadêmico" para a busca e análise de artigos, teses e dissertações nacionais e internacionais, os quais abordam os temas do desenvolvimento territorial, Cesta de Bens e Serviços Territoriais e o turismo rural, bem como fornecem informações acerca do município analisado.

Outro procedimento técnico adotado foi a entrevista em profundidade, tendo como participantes atores locais do município de Porto Vera Cruz/RS, sendo que estes entrevistados representam os setores público (1) e privado (1) do município em questão, além de agricultores familiares (2). A entrevista em profundidade é uma técnica de coleta de dados, por meio da qual o pesquisador se coloca diante do participante, para quem faz perguntas tendo o objetivo de obter informações que contribuam para a pesquisa. Neste sentido, a entrevista em profundidade tem um caráter subjetivo, o que torna fundamental que toda interpretação deva levar em consideração a perspectiva da pessoa entrevistada. É neste aspecto que as entrevistas em profundidade se apresentam como mais pertinentes e pretendem se aproximar da realidade social e das representações que o eleitor constrói dela (Veiga; Gondim, 2001).

As categorias de análise de conteúdo (Bardin, 2011) das entrevistas em profundidade contemplam as três dimensões da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, ou seja, a oferta de bens e serviços privados de qualidade; oferta de bens públicos de qualidade; e o sistema de governança territorial (Pecqueur, 2001). Além disso, os entrevistados foram questionados sobre o turismo rural em Porto Vera Cruz/RS, bem como a articulação desta atividade com produtos e serviços de qualidade territorial.

O território analisado diz respeito ao município de Porto Vera Cruz, localizado no estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina. A Figura 2 mostra a localização de Porto Vera Cruz/RS.





Figura 1 – Porto Vera Cruz/BR (em destaque no mapa do RS)

Fonte: Abreu, R. L. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1143442. Acesso em 23 mar. de 2024.

A próxima seção apresenta e discute os resultados da pesquisa bibliográfica e das entrevistas em profundidade, estabelecendo um diálogo com outros estudos que abordam a abordagem territorial do desenvolvimento e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

ENFOQUE TEÓRICO/METODOLÓGICO DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS **TERRITORIAIS**

Até os anos 1980, os estudos sobre o desenvolvimento entendiam o território como sendo o simples espaço de suporte das atividades econômicas. Neste sentido, o território rural servia como base para a dinâmica econômica representada por commodities, excluindo os atores locais do protagonismo na construção social de mercados. A necessidade de incorporar





elementos sociais, culturais, políticos e ambientais foi introduzida pela concepção dos estudos sobre os distritos industriais italianos, e incorporada a outros estudos a partir dos anos 1990 (Pecqueur, 2001; Carrière; Cazella, 2006).

Ainda nesta década, a abordagem do desenvolvimento territorial incorporou, em meados dos anos 1990, os conceitos de sustentabilidade, redes multi-atores e de intercooperações para compreender a realidade através de estudos empíricos (Cazella et al., 2020).

Nesse contexto, Pecqueur (2001) e Mollard (2001) elaboraram a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, nos anos 1990, com o objetivo de analisar iniciativas de atores locais que articulam ações mercantis e não-mercantis com o propósito de criar uma oferta heterogênea e coerente de atributos territoriais, que valorizem o saber-fazer, o patrimônio histórico/cultural e o ambiente natural (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001).

Nesta abordagem, coloca-se no centro dos processos de desenvolvimento os produtos e serviços típicos e de qualidade diferenciada de territórios rurais, a partir de um sistema de governança territorial composto por atores públicos, privados e associativos. Essa composição de elementos e atores, somado às externalidades positivas do território resulta na geração de uma renda de qualidade territorial, a qual beneficia diferentes setores produtivos e de prestadores de serviços ali presentes (Cazella *et al.*, 2020).

O estudo pioneiro que resultou no enfoque da CBST desenvolveu-se na região de Baronnies, a qual se localiza no Departamento de Drôme, sul da França, nos anos 1990. Este território é caracterizado por uma região montanhosa, com cerca de 30 mil habitantes, o qual foi excluído do processo de modernização da agricultura e marginalizado economicamente entre os anos 1960-1970. Entretanto, essa situação passou a ser revertida em meados dos anos 1980, com a valorização, pelos turistas, de aspectos como residências secundárias em zonas rurais de baixa densidade demográfica e elevada biodiversidade, além de atributos ligados às características do território rural como paisagens, relevo montanhoso, silêncio, fauna, flora, patrimônio arquitetônico preservado, tradição de produtos típicos como o óleo de oliva, além de serviços públicos e privados de qualidade (Hirczak *et al.*, 2008).

As pesquisas sobre o aumento na renda do território da região de Baronnies, atribuída aos produtos e serviços de qualidade superior, resultou no processo de formulação do modelo de Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Deste modo, a conexão entre produtos e serviços





públicos e privados de qualidade faz com que a renda obtida no território seja mais elevada do que a renda obtida pela comercialização dos produtos e serviços de forma isolada. Assim, o ponto máximo de maturação de um território rural reside na geração de uma renda de qualidade territorial (RQT), definida como a combinação da qualidade intrínseca do produto ou serviço, ancorado em um local específico, com seu patrimônio histórico e cultural (Hirczak *et al.*, 2008; Dorigon, 2022).

A partir da aquisição de um produto ou serviço ligado ao território, o consumidor descobre a qualidade de outros produtos e serviços resultantes da produção local e determina sua utilidade, não apenas referente a esse produto, mas sobre o conjunto dos bens e serviços oferecidos. Por trás desta cesta de bens e serviços complementares, o consumidor está de fato comprando a reputação de qualidade do território e suas características. Trata-se de uma combinação de bens privados e públicos que contribuem para a criação de uma imagem geral positiva do território (Cazella; Dorigon; Pecqueur, 2022).

Com base em estudos de caso realizados em diversos territórios franceses ao longo de dez anos, pesquisadores construíram a tipologia da CBST e perceberam que, na realidade, se constatam arranjos de cestas de bens e serviços diferentes nos territórios, cada uma com suas particularidades quanto à composição e organização dos elementos. Em pesquisas mais recentes, os pesquisadores envolvidos na elaboração da abordagem da CBST correlacionam o modelo de desenvolvimento territorial da cesta de bens e serviços com os preceitos da sustentabilidade, sobretudo no que se refere à dimensão do meio ambiente. Assim, a CBST não possui compatibilidade com territórios marcados pela degradação ambiental, onde se tenham erodido as características naturais do cenário (Cazella *et al.*, 2020).

De acordo com Hirczak *et al.* (2008), a cesta de bens e serviços territoriais é formada por três elementos: (a) bens e serviços complementares, que possuem uma origem comum no território e uma imagem coerente associada ao território, dificilmente substituíveis por bens genéricos; (b) um modelo de governança territorial colaborativa constituído a partir de laços de proximidade e de confiança, os quais podem se expressar na venda direta de produtos, na gastronomia e no turismo ligado aos diversos tipos de patrimônio territorial; (c) bens públicos que desempenham um papel de "cenário" e que colocam os produtos e serviços em cena. Esses bens se referem à paisagem e biodiversidade, e ao patrimônio histórico/cultural (arquitetura, gastronomia, monumentos, história do território).





A governança territorial é fator importante na construção da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Cançado, Tavares e Dallabrida (2013, p. 331) caracterizam a governança territorial como "iniciativas ou ações que expressam à capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais". Assim, compreende-se a governança do território como elemento central na construção da CBST.

Nos 20 anos de existência, muitos avanços foram efetuados com objetivo de aprimorar o modelo de análise, tarefa que foi desempenhada por meio de estudos de caso, parte deles realizados em outros países, inclusive no Brasil. Entretanto, ao analisar e adotar o enfoque em realidades brasileiras, algumas reflexões são necessárias diante das diferenças socioeconômicas. Dentre essas, estão os temas da inclusão social, geração de renda de qualidade territorial, sustentabilidade, sistemas de governança territorial, e formação de atores sociais acerca do desenvolvimento territorial sustentável (Cazella *et al.*, 2020).

Pelo exposto, percebe-se que a cesta de bens e serviços territoriais representa uma importante ferramenta de análise e construção de estratégias de desenvolvimento territorial. Para que uma CBST seja construída, é fundamental que se constitua um sistema de governança territorial colaborativa. Além disso, a CBST se constitui em torno de um produto ou serviço "líder", como o turismo rural, tema abordado na próxima subseção.

ELEMENTOS PARA A CONCEPÇÃO DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS: Turismo rural no município de Porto Vera Cruz/RS

Este estudo buscou analisar como produtos e serviços, vinculados ao turismo rural, podem compor uma Cesta de Bens e Serviços, no município de Porto Vera Cruz, o qual se localiza no estado do Rio Grande do Sul e faz fronteira com o município de Panambi, na Argentina.

Assim como ocorrido em outros municípios periféricos da região Noroeste do Rio Grande do Sul, Porto Vera Cruz foi colonizado tardiamente, em que a chegada dos primeiros imigrantes ocorreu na metade do século XX. É importante destacar que a ocupação do município se deu no terceiro e último ciclo de expansão da fronteira agrícola colonizadora no estado, a qual havia sido iniciada com a chegada dos primeiros colonos alemães em São Leopoldo, mais de cem anos antes (Miguel, 2018).





Nos anos 1990, buscando uma alternativa à produção de tabaco, a prefeitura municipal de Porto Vera Cruz passa a incentivar a produção de frutas e oleícolas no município, principalmente nos estabelecimentos inseridos na Unidade de Encosta. O incentivo governamental teve efeito e em 2002 foi criada a Cooperativa dos Agricultores de Porto Vera Cruz (COOPOVEC). Desde então a cooperativa tem desempenhado um importante papel na comercialização de hortifrutigranjeiros. Especialmente nas áreas da Unidade Vale, desde os anos 1990, percebe-se que a pecuária de corte se expande, tomando o lugar da produção de suínos e de grãos (Machado; Miguel; Tonin, 2022).

A partir dos anos 2000, por outro lado, foi a produção de leite que também passou a ter relevância na agricultura, se desenvolvendo nas duas unidades de paisagem do município. O crescimento dessa atividade sucedeu do dinamismo desta cadeia produtiva na região noroeste do Rio Grande do Sul, durante os anos 2000 e 2010. A partir dessa dinâmica recente da agricultura é que são conformados três tipos principais de agricultores do município. São eles, (a) os Agricultores Familiares Diversificados, (b) Agricultores Familiares produtores de Leite e (c) Agricultores Familiares produtores de Gado de Corte e Leite (Machado; Miguel; Tonin, 2022).

Desta forma, o Município de Porto Vera Cruz é essencialmente agrícola, com base na agricultura familiar. Segundo a prefeitura municipal, "As belezas naturais, esculpidas pelo tempo e pela geografia local, tornam Porto Vera Cruz uma referência no turismo regional" (Porto Vera Cruz, 2021, p.25). Neste sentido, a atividade do turismo rural está sendo priorizada pelos empreendedores particulares, locais e regionais e apoiada pelo setor público, através de políticas públicas voltadas para este setor. Essa parceria entre atores públicos e privados é ponto fundamental na construção de uma Cesta de Bens e Serviços territoriais, tendo o turismo rural como elemento central (Cazella et al., 2020).

Por conseguinte, a oferta turística do Município é um diferencial. As entrevistas apontaram que, entre os atrativos mais procurados, pode-se destacar o Salto do Roncador (ver Figura 2, abaixo), com aproximadamente 1800 metros de extensão ao longo do Rio Uruguai.





Figura 2 - Salto do Roncador em Porto Vera Cruz/BR



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Vera Cruz. Disponível em:

https://www.portoveracruz.rs.gov.br/site/albuns/258-salto-do-roncador#album[258]/14/. Acesso em 10 de maio de 2024.

O potencial turístico do Salto do Roncador pode ser constatado por meio do relato de entrevista. Segundo um dos entrevistados, "Vários empreendimentos estão localizados próximos ao Salto do Roncador. O turista tem várias opções de lazer, podendo desfrutar de atividades náuticas, passeios de barco, jet-ski, pescarias, trilhas ecológicas, arte, cultura, gastronomia, etc.". Isso demonstra o potencial turístico e de associação com diversos serviços, proporcionados pelo Salto do Roncador.

Por outro lado, não foi apontada a vinculação do turismo rural com produtos de qualidade, como os produzidos pelas agroindústrias familiares do município. Mesmo assim, a importância deste local, para os habitantes do município, é evidenciado pela fala de um de seus moradores

Poder falar do nosso município é gratificante, temos uma riqueza indescritível. Fomos abençoados pela mãe natureza. Dentre muitos atrativos, podemos destacar o Salto do Roncador, queda d'água localizada no Rio Uruguai [...]. O Salto inicia no lado brasileiro e se estende por 1.800 metros. A comunidade do interior que é prestigiada com o atrativo possuí o nome de Linha Roncador, devido ao barulho da queda desse Salto [...].

Outro local de turismo rural, em Porto Vera Cruz, diz respeito ao "Recanto da Natureza", localizado na Linha Roncador, mencionada no parágrafo anterior. Com o relato de





entrevistas, foi possível notar que este local é banhado pelo Rio Uruguai, e contempla um complexo turístico, com trilhas, caminhadas ecológicas, pomar com 180 variedades de frutíferas exóticas, museu com o resgate histórico da colonização do município, ateliê, caminho dos chás, trilha pedagógica sensorial, trilha da pizza, passeios de barco, hidroginástica, ilha de hidratação com quitutes elaborados pela equipe de proprietários do recanto. Ressalta-se que este local pertence a iniciativa privada.

Em relação às festividades no município, foram destacadas a "Festa dos Navegantes", realizada em Fevereiro, a "Semana do Município", realizada anualmente no mês de março, a "Festa das Etnias", que contempla as etnias alemã, polonesa e italiana, a "Festa da Vitória" da Batalha M'Bororé, realizada em março, e a "Festa das Frutas", realizada anualmente em Dezembro.

Já em relação a participação do poder público de Porto Vera Cruz, nas ações de promoção do turismo rural, esta ficou evidenciada mediante a construção do Porto público do município. Segundo um dos entrevistados, a criação deste local foi importante por se tratar de um anseio da população, pois até então, não havia um ponto de acesso ao rio (Uruguai), seja para banhar-se no verão, saídas de barco a passeio, pescaria, entre outras atividades. A Figura 3 mostra o Porto Público de Porto Vera Cruz/RS.



Fonte: Portal das Missões. Disponível em: https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/2130/porto-publico-de-porto-vera-cruz.html. Acesso em 11 de maio de 2024.





O poder público de Porto Vera Cruz, por intermédio da prefeitura, atendeu as solicitações da comunidade local, em relação ao Porto Público. Desta forma, o local foi revitalizado e modernizado, passando a atender a demanda de turistas que, cada vez mais, procuram por um "refúgio" na orla costeira.

Ainda com relação às obras do setor público em infraestrutura para o turismo rural, tem sido proporcionado, por meio de convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), cursos de capacitação na área do turismo rural. Além disso, foram construídos passeios públicos, asfaltamento de todas as ruas da cidade e troca da iluminação pública, com vistas a tornar o município mais atrativo aos moradores e turistas.

O "Paredão de Pedras" também foi mencionado como sendo um atrativo de turismo rural no município. Este local (Figura 4) conta com aproximadamente 70 metros de altura, proporcionando uma vista deslumbrante do Rio Uruguai e da cidade de Porto Vera Cruz, além do que a cidade de Panambí, na Argentina, também poder ser avistada. A gestão deste local pertence a iniciativa privada.

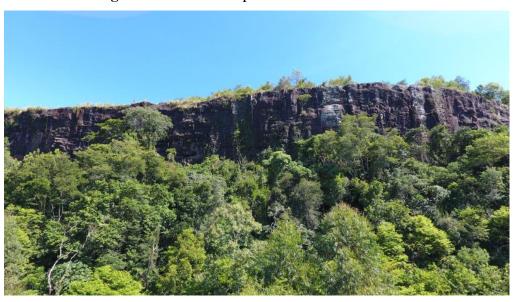


Figura 4 - Paredão de pedras em Porto Vera Cruz

Fonte: Prefeitura municipal de Porto Vera Cruz. Disponível em: https://portoveracruz.rs.gov.br/site/albuns/256-paredao-de-pedras#album[256]/7/. Acesso em 29 de maio de 2024.

Mesmo se tratando de um ponto turístico do município, não foram verificados produtos ou serviços vinculados a esse local. Trata-se, portanto, de um local a ser melhor examinado, na





concepção de estratégias que vinculem serviços e produtos de qualidade a este local.

Como forma de sintetizar os principais resultados da pesquisa, foi elaborado o Quadro 1, como segue abaixo.

Quadro 1 - Locais de turismo rural e serviços associados

LOCAL DE TURISMO	TIPO DE	SERVIÇOS ASSOCIADOS
RURAL	INICIATIVA	
Salto do Roncador	Pública	Passeios de barco e jet-ski, pescarias, trilhas ecológicas,
		arte, cultura, gastronomia.
Recanto da Natureza	Privada	Trilhas, caminhadas ecológicas, pomar com 180 variedades
		de frutíferas exóticas, museu com o resgate histórico da
		colonização do município, ateliê, caminho dos chás, trilha
		pedagógica sensorial, trilha da pizza, passeios de barco,
		hidroginástica, ilha de hidratação.
Porto Público	Pública	Banho, saídas de barco a passeio, pescaria.
Paredão de Pedras	Privada	-

Fonte: Autores, 2024.

Como o município de Porto Vera Cruz/RS é pequeno (menos de dois mil habitantes), o trânsito de turistas é essencial para que os atributos de produtos de qualidade territorial, como os provenientes de agroindústrias familiares do município, ampliem suas vendas para um público que por muitas vezes está disposto e possui recursos financeiros para adquirir estes produtos. No entanto, os locais turísticos, seja de iniciativa pública ou privada, não contemplam estratégias de vinculação destes espaços com produtos vinculados ao território. Desta forma, contando com variados locais de turismo rural, uma estratégia de construção da Cesta de Bens e Serviços Territoriais pode conceber uma "rota" entre estes pontos de visitação. Além disso, estes locais podem conceber espaços voltados a culinária local, com a presença de produtos agroindustrializados, ou ainda de origem étnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve o objetivo de analisar como produtos e serviços, vinculados ao turismo rural, podem compor uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) no município de Porto Vera Cruz. Desta forma, buscou-se analisar os atributos turísticos, à luz da abordagem territorial do desenvolvimento e, de forma específica, pelo referencial teórico/metodológico da





Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Por conseguinte, notou-se que o território analisado possui paisagens e recursos territoriais com capacidade de composição da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, como, por exemplo, o "Salto do Roncador", local onde foi constatada a vinculação do turismo rural com uma gama de serviços, como passeios de barco, jet-ski, trilhas ecológicas e gastronomia.

A associação do turismo rural com outros serviços também foi constatada no local chamado de "Recanto da Natureza Traesel". Foi possível notar que este local é banhado pelo Rio Uruguai, e contempla um complexo turístico, com caminhadas ecológicas, trilha pedagógica sensorial, trilha da pizza, entre outros atrativos. Além disso, o município conta com variadas festividades anuais, com destaque para a "Semana do Município", realizada anualmente no mês de março.

No entanto, não foi percebida a vinculação das iniciativas de promoção do turismo rural com outras características de qualidade territorial, a exemplo dos produtos provenientes de agroindústrias familiares. Portanto, mesmo contando com serviços de qualidade, as estratégias de promoção destas qualidades não interagem entre si, apresentando um obstáculo na construção da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Neste sentido, a implantação de um sistema de governança territorial pode contribuir para a valorização de produtos de qualidade no território, visto que a governança é um dos pilares na construção da Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

Naturalmente, o estudo possuí limitações tendo em vista seu recorte geográfico, ou seja, ensejou o estudo de um pequeno município do Noroeste gaúcho. Tendo isso em vista, fica a sugestão para novas pesquisas investigarem a realidade de outros territórios, especialmente aqueles que apresentam características que justifiquem a opção teórica/metodológica da Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, R. L. Rio Grande do Sul. Município de Porto Vera Cruz. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1143442. Acesso em 23 mar. de 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BERTÊ, A. M. de A; LEMOS, B de O; TESTA, G.; ZANELLA, M. A. R.; OLIVEIRA, S. B. de. Fronteira Noroeste. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 26, p. 258-295, 2016.





CAMPANHOLA, C.; SILVA. J. G. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. *In:* ALMEIDA, J. A.; RIEDL. M. **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: Edusc, 2000.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão Social e Governança Territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. 1.], v. 9, n. 3, 2021. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1136. Acesso em: 12 maio. 2024.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 1, p. 3–24, 2010.

CAPELLESSO, A. J. .; GARLET PAGLIOZA, L.; SLAVIERO, A.; DAL RI HEINECK, A. C.; PERIN, G. A identificação e ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais em Anchieta (SC). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, *[S. l.]*, v. 42, n. 1, p. 205–223, 2022.

CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, p. 23-47, 2006.

CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; PECQUEUR, B. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê "Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais". **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 1-21, 2022.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. N. O enfoque da 'Cesta de bens e serviços territoriais': seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. Revista **Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.16, n.3, p.193-206, 2020.

DORIGON, C. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 114–133, 2022.

HEIN, A. F.; SILVA, N. L. S. da. A insustentabilidade na agricultura familiar e o êxodo rural contemporâneo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 2, p. 394-417, 2019.

HIRCZAK, M.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. Le modèle du panier de biens: grille d'analyse et observations de terrain. **Économie Rurale**, no 308, p. 55-70, 2008.

IBGE CIDADES. Porto Vera Cruz. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-vera-cruz/panorama. Acesso em 18 de maio de 2014.

MACHADO, J. T. M.; MIGUEL, L. de A.; TONIN, F. Estratégias produtivas e reprodução socieconômica da agricultura de Porto Vera Cruz, Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, v. 31, n. 56, p. 49-73, 2022.





MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 421-437, 2005.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & saúde coletiva, v. 17, p. 621-626, 2012.

MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. **Économie Rurale**, v. 263, n° 261, p.16-34, 2001.

PECQUEUR, B. Qualité e développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie Rurale**, n° 261, p. 37-49, 2001.

PORTAL DAS MISSÕES. Porto Público de Porto Vera Cruz. Disponível em: https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/2130/porto-publico-de-porto-vera-cruz.html. Acesso em 11 de maio de 2024.

PORTO VERA CRUZ. Prefeitura municipal. Salto do Roncador. Disponível em: https://www.portoveracruz.rs.gov.br/site/albuns/258-salto-do-roncador#album[258]/14/. Acesso em 10 de maio de 2024.

PORTO VERA CRUZ. Prefeitura municipal. Paredão de Pedras. Disponível em: https://portoveracruz.rs.gov.br/site/albuns/256-paredao-de-pedras#album[256]/7/. Acesso em 26 de maio de 2024.

SILVA, F. R. C.; GRECHI, D. C.; CARNEIRO, C. P. O turismo e o desenvolvimento regional na fronteira Brasil-Paraguai. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 12, n. 29, p. 95-113, 2022.

TURNES, V.; CAZELLA, A. A.; PECQUEUR, B.; GUZZATTI, T. C. Monitoramento de uma Cesta De Bens e Serviços Territoriais: a construção de um painel de indicadores. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 224–240, 2022.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião pública**, v. 7, p. 1-15, 2001.